



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 19 | Jul./Dez. de 2018

José Airton de Farias

*Doutor em História
Social/Contemporânea II pela
Universidade Federal Fluminense
(UFF), Professor do Instituto
Federal do Ceará (IFCE)*

airtondefarias@yahoo.com.br

DITADURA CIVIL-MILITAR: a história em lutas.

RESUMO

O artigo aborda o recente crescimento do número de apoiadores da ditadura civil-militar (1964-85). A maioria da sociedade continua condenando a ditadura, mas numa abordagem conciliatória do que aconteceu nos anos 1960 e 1970, busca-se minimizar os embates políticos da época. Ganhadores na política, os militares perderam as batalhas de memória, apesar de também tentarem difundir sua visão sobre o que aconteceu durante o regime. As esquerdas endossam reconstruções de memórias segundo as quais a guerrilha era uma resistência à ditadura e uma luta pela democracia. Minimiza-se que a democracia não era valor universal no período e existia um projeto ofensivo de conquista do poder institucional por parte dos agrupamentos de esquerda armada. Grupos conservadores, por sua vez, enfatizam o apoio pela campanha pela redemocratização do final dos anos 70, relevando o apoio anterior dado ao golpe e ao regime. Estas reconstruções apresentam vários anacronismos.

Palavras-chave: Ditadura. Luta armada. Memórias.

RESUMEN

El artículo aborda el reciente crecimiento del número de partidarios de la dictadura civil-militar (1964-85). La mayoría de la sociedad sigue condenando a la dictadura, pero en un enfoque conciliatorio de lo que ocurrió en los años 1960 y 1970. Se busca minimizar los embates políticos de la época. Ganadores en la política, los militares perdieron las batallas de memoria, a pesar de tratar de difundir su visión sobre lo que sucedió durante el régimen. Las izquierdas endosan reconstrucciones de memorias según las cuales la guerrilla era una resistencia a la dictadura y una lucha por la democracia. Minimiza que la democracia no era valor universal en el período y existía un proyecto ofensivo de conquista del poder institucional por parte de las agrupaciones de izquierda armada. Grupos conservadores, a su vez, enfatizan el apoyo por la campaña por la redemocratización de finales de los años 70, relevando el apoyo anterior dado al golpe y al régimen. Estas reconstrucciones presentan varios anacronismos.

Palabras Claves: Dictadura. Lucha armada. Memorias.

A ditadura e os embates de memórias

Nos últimos anos, tornou-se comum encontrar matérias na imprensa e postagens em redes sociais sobre pessoas defendendo a ditadura militar e pedindo o retorno das forças armadas ao comando do País. Muitos chegam mesmo a negar que tenha existido uma ditadura entre 1964-85, enquanto outros exaltam o progresso que o Brasil teria apresentado durante aquele período de exceção. Com a recente crise econômica e divisão política do País, processos dos quais fazem parte o impeachment/golpe que derrubou Dilma Rousseff, em 2016, a fragilidade do governo de Michel Temer e a recente eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro para a presidência da República, conservadores intensificaram a exaltação de uma “intervenção militar”, até com a apologia a torturadores.

Conforme pesquisa de opinião, divulgada em 2017, realizada pelo Instituto Paraná, 43% das pessoas entrevistadas apoiam uma “intervenção militar” no País. Um percentual de 51% dos ouvidos foi contra, enquanto 5,3% não souberam ou não quiseram dizer. A pesquisa foi feita com 2.540 pessoas, entre os dias 25 e 28 de setembro de 2016, tendo margem de erro de 2%. Dos entrevistados, 43% dos homens foram favoráveis a uma intervenção e 52,6%, contra. Entre as mulheres, 41% foram a favor e 52%, contra. O apoio à intervenção militar é maior entre jovens de 16 a 24 anos. Nessa faixa, índices favoráveis foram de 46%. Entre idosos, apenas 37% dos entrevistados apoiariam uma intervenção, contra 56% que não apoiam. Entre os que concluíram o ensino fundamental, 44% são favoráveis à intervenção. Para os que têm ensino superior completo, o percentual cai para 38,9%. Na pesquisa anterior, feita pelo mesmo instituto, em 2015, o apoio a uma intervenção militar era de 35%¹.

Apesar do seu crescimento, o número de apoiadores da ditadura, conforme as pesquisas, continua minoritário no conjunto da sociedade. Não obstante, parece evidente que as memórias acerca do tema estão em um momento de acirramento e disputas.

Nas batalhas de memória, os vitoriosos das lutas político-sociais se esforçam para também vencer nas construções da memória, derrotando outras memórias, as quais, contudo, buscam e podem reverter o processo. Como bem

¹<https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>; <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2017/09/43-de-entrevistados-se-dizem-favoraveis-a-uma-intervencao-militar-tem.html>. Consultados a 30/05/2018.

afirma Michael Pollak², embora a memória a princípio pareça um fenômeno individual, deve ser entendida, também, como um fenômeno coletivo e social, isto é, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Tais “mutações” da memória acontecem em função do momento em que ela está sendo articulada, em que ela está sendo expressa – daí porque se diz que memória é a *presentificação* do passado. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade igualmente em relação à memória coletiva, a qual se torna objeto de disputas importantes, de quais acontecimentos e como estes serão lembrados na memória de uma sociedade.

Estudar as memórias coletivas implica na análise de sua função – existem, nas interpretações do passado que se quer salvaguardar, uma tentativa mais ou menos consciente de definir e de reforçar a coesão dos grupos e instituições que compõem a sociedade. Tem-se, pois, um enquadramento da memória comum, que, contudo, não pode ser arbitrário – deve atender certas justificativas e exigências. Logicamente que indivíduos e determinados grupos sociais podem manter, subterrâneos e em silêncio, esperando um momento para emergir, aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam em minimizar ou eliminar.

Esse trabalho de enquadramento da memória se alimenta de material fornecido pela história, um material que pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências, guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las. Daí por que o trabalho de enquadramento interpreta o passado em função dos combates do presente e do futuro.

Um dos mais notáveis casos dessas batalhas e enquadramentos da memória refere-se ao regime militar brasileiro. No poder e enquanto durou a ditadura, os militares e os setores que os apoiava cultivaram a memória de que 1964 acontecera como uma intervenção “salvadora em defesa da democracia e da civilização” contra o “comunismo ateu, a baderna e a corrupção”. A cada 31 de março, desfiles militares eram organizados para saudar a “redentora revolução

² POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

libertadora do povo brasileiro”, enquanto jornais publicavam editoriais ou matérias pagas por entidades institucionais e empresariais exaltando o regime. Nas escolas, crianças e jovens eram formados na “moral e civismo”, aprendendo uma história sem conflitos e antagonismos, e de grandes vultos e feitos fantásticos para a Pátria, feitos idênticos aos acontecidos em 1964, quando “bons brasileiros” evitaram o “pior” e livraram o País de “pessoas más”...

Essa memória, porém, acabou não se tornando hegemônica. Os militares, ironicamente, acabaram perdendo a batalha da memória e ganhando a responsabilidade de terem sido os únicos “culpados” pela ditadura. Acabaram visto como “vilões” num enredo em que se imaginavam “heróis”. Não é por o ressentimento que manifestam constantemente. Ainda hoje, as forças armadas não sabem bem o que dizer sobre 1964: geralmente optam pelo silêncio constrangedor ou pelo argumento de que os militares fizeram uma “contrarrevolução”, reagindo porque o “outro lado pegou em armas para implantar uma ditadura do proletariado, nos moldes do totalitarismo soviético”³.

E por que a memória dos militares não se tornou hegemônica? Porque desde os primeiros momentos do regime, num processo que se intensificaria, sobremaneira, na segunda metade da década de 1970, houve uma crescente dissociação entre os grupos controladores do Estado ditatorial e boa parte das classes médias e mesmo elites econômicas. Como diz Marcos Napolitano, predominou uma memória hegemônica de caráter liberal, que, em suas reelaborações, acabou por condenar a ditadura e mesmo por absorver elementos do discurso crítico das esquerdas⁴. Foi uma memória, como veremos adiante, que acabou servindo de alibi para os segmentos médios e dominantes liberais e até conservadores se isentarem do apoio que deram na construção do regime autoritário. Para aquela abordagem, a sociedade fora vítima dos radicais, fossem eles militares “linha dura”, fossem os “terroristas” de esquerda, numa espécie de versão brasileira da “teoria dos dois demônios”, atribuindo responsabilidades morais idênticas para atores políticos assimétricos e possuidores de valores e objetivos completamente distintos⁵.

³ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 317.

⁴ *Ibidem*, p. 319.

⁵ A “teoria dos dois demônios” refere-se a pensamento elaborado acerca da ditadura militar da Argentina (1976-83), atribuindo a intransigências e a radicalismos das esquerdas e das direitas a instauração do

Numa construção seletiva, a memória liberal hegemônica enfatizou a “incompetência” e a “demagogia” de Goulart e das esquerdas como os fatores que desencadearam o golpe de 64. Ou seja, o golpe era justificado e os militares moderados, ligados ao presidente-general Marechal Castelo Branco, eram bem intencionados, mas perderam o controle do processo político ante os radicais. Os embates entre os militares “linha dura” e os grupos guerrilheiros de esquerda levaram ao AI-5, em 1968, e ao fechamento total do regime. Os militares torturadores, a “tigrada”, e os jovens de esquerda, idealistas e inconsequentes, possibilitaram os Anos de Chumbo, vitimizando a sociedade⁶.

A ditadura militar, em termos institucionais, chegou ao fim num processo de transição pactuada (“abertura lenta, segura e gradual”), tranquilo para os setores no poder e fruto de um acordo entre os elementos conservadores governantes e as forças oposicionistas de centro e direita⁷. Em decorrência, no contexto da crescente perda de apoio social e político dos militares na segunda metade dos anos 70 e da “transição democrática” da década de 1980, a memória liberal sobre a ditadura cada vez ganhou espaço, reconstruindo a história agitada dos anos 60/70 numa abordagem reconciliatória e de condenação aos radicalismos. O lema agora era abrandamento, perdão e esquecimento, na busca da redemocratização do País e estabilidade institucional.

A censura, os crimes da “tigrada” e a violência estatal até foram condenados, mas os responsáveis pelos atos arbitrários não seriam punidos. O golpe de 64 foi relativizado e os militares moderados, responsáveis pela transição negociada, mereceram exaltação pública, quase como “heróis da democracia”. Nessa lógica, Costa e Silva e Médici ainda hoje são vistos como “ditadores vilanescos” e Geisel, exaltado como aquele que preparou o caminho para o retorno da democracia. A esquerda radical também foi condenada, mas “compreendida” por sua juventude, idealismo e imprudência.

A limitada Lei da Anistia de 1979, permitindo a saída de vários presos políticos dos cárceres, mas sem punir os responsáveis pelos crimes da ditadura,

regime autoritário naquele país. No Brasil, a ideia foi defendida pela cientista política Argelina Figueiredo, Vide AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁶ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit.

⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em Direção ao Século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (organizadora). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

foi, como diz Marcos Napolitano, o batismo institucional dessa visão liberal hegemônica conciliatória⁸. De certo modo, as indenizações pagas aos ex-presos políticos a partir dos anos 90 e as dificuldades para abrir os arquivos da ditadura, dirigem-se nessa mesma lógica: até reconhecem-se violências praticadas pelo Estado, dá-se algum dinheiro, mas não se responsabiliza nem se aponta os culpados pelas arbitrariedades e deixa-se tudo para trás, esquecido...

Em suma, com a redemocratização do País, tentou-se construir uma memória de conciliação ou de reconciliação, esquecendo-se tudo que assim não se encaminhasse⁹, embora, pela polêmica do tema e interesses dos envolvidos, permanecessem, subterrâneos, aspectos conflitantes, como adiante veremos. Dessa forma, tendeu-se a apagar ou reduzir da memória o clima de grande embate social e político que havia no País e no mundo nos anos 1960, embate associado a enfrentamentos violentos, decididos pelo confronto de força e/ou pela luta armada. Era época de, entre outros acontecimentos, Guerra Fria, Guerra do Vietnã, Guerra da Argélia e, em particular, Revolução Cubana, que marcou profundamente a América Latina, inspirando uma onda nacionalista, popular, antiimperialista, reformista, revolucionária e possibilitando o surgimento de movimentos sociais e guerrilhas. No caso específico do Brasil, ganhou força o movimento das “reformas de base”, cuja radicalização ensejou a articulação golpista dos segmentos conservadores civis e militares e o Golpe de 64.

Na conjuntura da transição democrática pactuada a partir do final dos anos 1970, com vários setores sociais que antes haviam apoiado a ditadura, passando a questioná-la, ganhou cada vez mais espaço uma memória liberal de que todos haviam resistido, de alguma forma, ao arbítrio e ao regime da farda. Assim, se todos tinham resistido e a democracia havia sido finalmente conquistada, para que ações de “revanchismo” (entenda-se, apuração dos casos de torturas, mortes, etc.)? O importante seria a “reconciliação dos brasileiros”. Em decorrência, tentou-se “apagar” da memória coletiva que amplos setores de direita e da sociedade civil (empresários, imprensa, Igreja, classes médias e populares, entre outros) haviam, sim, contribuído para o golpe de 64, apoiado a ditadura e mesmo financiado a

⁸ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 319.

⁹ AARÃO, Daniel. Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória. In: Fico, Carlos e outros. 1964-2002 – 40 Anos do Golpe, Ditadura Militar e Resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

repressão e que muitas pessoas sabiam e endossavam os crimes praticados pelo regime.

Nessa perspectiva conciliatória que se entende, por exemplo, livros como *1968 - O Ano Que Não Terminou*, do jornalista Zuenir Ventura¹⁰, obra de ficção histórica, que fala da atuação das classes médias cariocas no agitado ano de 1968, e “*O Que É Isso, Companheiro?*” do ex-guerrilheiro Fernando Gabeira¹¹, que aborda o caso do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, no Rio de Janeiro, em 1969, pelas organizações armadas ALN (Ação Libertadora Nacional) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro).

Como bem analisa Daniel Aarão¹², tais obras, as quais viraram inclusive *best sellers*, ganhando espaço na mídia e tornando-se até produções cinematográficas, mostram a ação da esquerda, sobretudo, como uma “grande aventura”, quase no limite da irresponsabilidade, com ações “piradas” e equivocadas, apesar de bem-intencionadas. O “enredo” é cheio de luzes, alegria, risos, ao lado de alguns contrapontos trágicos. Os militantes são, na maioria, ingênuos, dotados dos mais puros e ilusórios desejos, e que não apresentavam condições nenhuma de enfrentar o “profissionalismo” da ditadura – em consequência, tais militantes pagaram um preço alto, fracassando totalmente.

Obviamente que mesmo essa memória coletiva conciliatória, a qual manifesta aquilo que amplos setores da sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor, não apresenta fronteiras estanques e acabadas. Estas são fluidas e em constante deslocamento. Dependendo das conjunturas e circunstâncias do presente (sobretudo em épocas de crises e acirramentos das disputas políticas), aspectos outros das memórias “subterrâneas” podem emergir ganhando ênfase certos elementos¹³. Na presente crise política, de acirramento entre esquerdas e direitas, não surpreende, pois, que o tema ditadura militar e luta armada das esquerdas tenha ganhado tanto destaque.

Resistindo ou lutando pelo poder?

¹⁰ VENTURA, Zuenir. *1968 - O Ano Que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

¹¹ GABEIRA, Fernando. *O Que É Isso, Companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹² AARÃO, Daniel, e outros. *Versões e Ficções*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

¹³ POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento e silêncio*. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Um dos aspectos e foco de disputas de memória e reconstruções é o da “resistência democrática à ditadura”, o qual, inclusive com o uso de produções acadêmicas, tem servido para legitimar as ações políticas posteriores dos ex-guerrilheiros e usada para isentar o apoio que certos segmentos sociais conservadores deram ao regime ou mesmo para justificar o golpe de 64.

As esquerdas tenderam a recuperar o passado segundo o princípio de que a sociedade foi submetida no momento do golpe de 64 e ao longo da ditadura, à força da repressão. Dessa forma, diante do arbítrio, a sociedade resistiu, de modo que a queda do regime militar foi resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia¹⁴.

Tal análise encontra-se em livros como *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, e *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti¹⁵. Para esses autores, as esquerdas, acuadas pelo regime e sem opções, resistiriam, de maneira que os anos 1960 foram de oposição. Realizam os autores um desmascaramento da ditadura e de seus crimes. Naqueles livros, não existem “menininhos rebeldes” ou piadas juvenis, mas homens e mulheres com projetos revolucionários e, principalmente, com o forte ideal de resistir ao arbítrio. O isolamento e a derrota dos que tombaram foi mais o resultado dos métodos usados – e com os quais a sociedade não concordou – que da vontade de resistir à ditadura.

Para o historiador Marcelo Ridenti¹⁶, o termo resistência apresentaria aqui um caráter defensivo mais que ofensivo, tendendo mais à reação que à ação e fazendo prevalecer a ideia de oposição sobre a de revolução. Em outras palavras, o historiador entende que as ações guerrilheiras foram de resistência também. A luta não teria sido uma estratégia somente de revolução, mas de resistência, como parte mesmo do projeto de construção da sociedade socialista. Se a luta não era democrática e se tinha objetivos ofensivistas, isso não desmerece o aspecto da resistência da esquerda, visto que outros setores da oposição, igualmente apresentavam projetos políticos próprios e faziam o contraponto à ditadura. Ou

¹⁴ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003, p. 47-48.

¹⁵ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

¹⁶ RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: AARÃO, Daniel, e outros. *O golpe e a ditadura militar*. São Paulo: EUSC, 2004.

seja, no que pese divergências e objetivos particulares, os atores do campo opositor apresentavam um objetivo comum: acabar com a ditadura. “Pode se usar apropriadamente o termo resistência para essas esquerdas, pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mais pelo sentido defensivo, que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes”¹⁷.

Para Ridente, caso voltemos à origem do termo, associado à resistência dos comunistas na Europa aos nazistas durante a II Guerra Mundial (1939-45), verifica-se que embora aqueles lutassem pelo socialismo, aliaram-se em sua estratégia a partidos burgueses. É num sentido próximo que se deveria entender a ação das esquerdas revolucionárias após 64. Ridenti lembra ainda uma lição de Max Weber, segunda a qual o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original dos agentes.

Ou seja, pode-se imaginar que havia um processo armado no Brasil por partes das esquerdas antes de 64, independente do regime político, como se deu em quase todos os países da América Latina. Mas, concretamente, foi a implantação, em 1964, de uma ditadura que tolheu o projeto até então preponderante das esquerdas em ascender ao poder pela via institucional e pacífica e reprimiu duramente os setores populares. A implantação da ditadura e, especialmente, o AI-5, aguçaram e expandiram dentro das esquerdas o projeto da luta armada, o que não abrangeu todos os partidos, pois existiram entidades de esquerda, como o PCB (partido Comunista Brasileiro), que mesmo perseguidas, não abraçaram a ação revolucionária guerrilheira. Dessa forma, se mesmo antes do golpe de 64 a luta armada já fazia parte dos projetos e discussões políticos das esquerdas, influenciadas substancialmente pela Revolução Cubana, as ações guerrilheiras igualmente não podem ser dissociadas do quadro de combate à ditadura, ainda que o projeto político das organizações guerrilheiras não se limitasse a derrubá-la¹⁸.

A oposição e resistência à ditadura apresentavam vários níveis e que sofreram mudanças ao longo dos anos. A rigor, todos os grupos, fossem de

¹⁷ Ibidem, p. 57.

¹⁸ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In; FERREIRA, Jorge. AAREÃO, Daniel (Org.). *Revolução e democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 27.

esquerda ou conservadores, que de alguma maneira entraram em rota de colisão com o regime militar, apresentavam interesses e objetivos – pelo exposto, a forma como se deu o fim da ditadura (num grande acordo), foi a vitória da tese de certos setores sociais dominantes. Ora, os derrotados igualmente apresentavam projetos próprios.

Havia amplas oposições, cujos campos de atuação englobavam desde a ação parlamentar (via o Movimento Democrático Brasileiro), o qual tentava dentro do sistema institucional, conforme as regras ditadas por este, combatê-lo, passando pela formação de frente políticas da sociedade civil (como a famosa Frente Ampla, envolvendo Lacerda, JK e Jango – tais frentes ficaram mais visíveis no final dos anos 70 e englobavam várias matizes ideológicas), ações do cotidiano (por exemplo, contribuições financeiras às organizações oposicionistas, não pagamento de impostos, acolhimento de perseguidos políticos, etc.) e obviamente os grupos radicais que partiram para o enfrentamento, como no caso da esquerda armada. Se o projeto desta esquerda revolucionária não apresentava condições de êxito, isso é outra questão.

Mas se podemos usar o termo resistência para caracterizar a luta das esquerdas armadas, não seria correto usar o adjetivo democrático, diz Ridenti. Existe aí uma mitificação, criada, como dissemos, no final da década de 1970, quando as lideranças socialistas estavam já comprometidas com o processo de democratização. Passou-se a ideia segundo a qual a luta armada dos anos 1960/70 fora uma fase preparatória para a atual democracia brasileira, o que sem dúvidas traz dividendos para os ex-guerrilheiros, sobretudo para os que chegaram a cargos governamentais e institucionais.

Em 2005, por exemplo, durante o longo processo de cassação do deputado federal de São Paulo e ex-ministro da Casa Civil do Governo Lula, José Dirceu, acusado de envolvimento num esquema de corrupção (chamado pela mídia de “mensalão”), um dos argumentos usados pelo parlamentar foi sua trajetória política de “luta pela democracia de armas em punho”. Zé Dirceu fora líder estudantil nos anos 60/70 e membro do grupo revolucionário MOLIPO (Movimento de Libertação

Popular), fazendo treinamento de guerrilha em Cuba. Preso pela Ditadura, acabou libertado quando do sequestro do embaixador americano no Brasil em 1969¹⁹.

A visão de Ridenti da luta armada como resistência é questionada por Daniel Aarão. As esquerdas não teriam sido apenas vítimas da ditadura²⁰. Havia, sim, por partes delas uma postura ofensiva, revolucionária, de discussão da luta armada para a implantação do socialismo no Brasil, mesmo antes do golpe de 1964, embora a implantação da ditadura tenha aguçado a opção pela guerrilha. Os ativistas isolaram-se dos demais segmentos sociais e não perceberam os contextos políticos e econômicos nacionais do começo dos anos 1970. Seus objetivos políticos socialistas e a opção pelas armas não seduziram o grosso da sociedade. A historiadora Janaina Cordeiro chega mesmo a questionar a ideia de “porões da ditadura”, ou seja, de que o “milagre econômico” distraía a população enquanto o regime massacrava seus opositores. Ao contrário, o combate aos grupos comprometidos com uma revolução socialista e a manutenção da ordem seriam elementos que suscitavam o apoio de expressivos setores da sociedade à ditadura²¹.

Além disso, segmentos da esquerda não apresentavam grandes preocupações com ideais de democracia, francamente desprezadas em seus documentos e associada à manipulação da burguesia. No entender de Maria Paula Nascimento Araújo, existia entre a jovem geração de militantes da década de 1960, não só no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos, uma crítica e desconfiança em relação à democracia representativa, vista muitas vezes como sinônimo de acordos e negociatas ou uma farsa burguesa. Para muitos dos agrupamentos, democracia era sinônimo de democracia liberal burguesa, distante da democracia proletária, a qual almejavam e que só poderia ser alcançada pela revolução²².

As esquerdas sequer praticavam democracia interna; em geral a vontade da direção prevalecia (o velho “centralismo democrático”), contribuindo para sua

¹⁹ FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

²⁰ AARÃO, Daniel. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

²¹ CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

²² ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

fragmentação em pequenos e esparsos grupos, cada qual se autoproclamando a “vanguarda revolucionária” no combate a uma ditadura que “estaria agonizando”, embora os fatos assim não mostrassem...

Como afirma Daniel Aarão²³, as organizações comunistas armadas aparecem como uma contraelite, alternativa, que partiram ao assalto do poder político. Rompendo com as concepções defensivistas e de formação de frentes populares ante o imperialismo e ação das elites nacionais, comuns até então aos partidos comunistas latino-americanos, um grupo de “dissidentes” no início dos anos 60 passou a colocar como desafio imediato de suas reflexões: a efetiva conquista do poder político.

Não era essa uma ideia tirada do nada; ao contrário, os exemplos mostravam a possibilidade de a revolução triunfar nesta parte do mundo. Ora, Cuba não fizera nas portas do “grande Império”? Che Guevara lutando nos Andes não era exemplo? E a Independência da Argélia e a Guerra do Vietnã? Os movimentos socioculturais da Europa e da China não eram igualmente sinais? O sistema capitalista estava em crise, vacilava. Para os ativistas de esquerda brasileiros, chegara a hora. Bastava dos tempos de debates amenos, comedidos e bem comportados. Chegava de obter apenas as pequenas vitórias diárias. Tinha-se o momento último da ação transformadora, da revolução, do “assalto aos céus”. Não era mais morrer pela revolução, mas de lutar e matar por ela agora.

Dessa maneira, antes da radicalização do regime militar em 1968 e mesmo do golpe de 1964, segmentos de esquerda, particularmente os comunistas, já tinham um projeto revolucionário ofensivo de conquista do poder e debates internos sobre a viabilidade ou não desse projeto fazer-se presente. Depois, dividir-se-iam numa miríade de grupos, grupelhos, dissidências, dissidências das dissidências... mas a questão de tomar o poder estava sempre presente.

Não obstante, a memória das esquerdas tendeu a esquecer ou diminuir a radicalização da defesa das reformas de base e o ímpeto ofensivo e revolucionário socialista dos anos 1960. A esquerda revolucionária que havia pegue em armas foi transformada em resistência democrática de armas na mão, contra os militares, “goliras”, apoiados pelo imperialismo dos Estados Unidos.

²³ AARÃO, Daniel, et al. Op. Cit., p. 38-41.

Ora, os grupos revolucionários nunca propuseram um mero retorno ao modelo democrático “liberal e burguês” que havia antes de 1964 ou ao que se veio a ter no pós-1985. Como dito, e ratificando o pensamento de Daniel Aarão²⁴, as esquerdas nos anos 1960 (e não apenas elas) apresentavam pouco apego à democracia (ou pelo menos, ao modelo de democracia como concebemos atualmente). Estavam comprometidas com um futuro radicalmente novo, no qual o sentido de democracia era outro – popular, socialista, dos trabalhadores e dos explorados e que passaria pelo estágio de ditadura do proletariado, conforme o pensamento marxista.

Ressalte-se que após o fim do regime, os militares buscaram endossar sua visão do que acontecera no Brasil entre 1964-85. É, basicamente, essa a abordagem que vem sendo apresentada nos últimos anos, em atos públicos, internet e imprensa, pelo crescente movimento conservador do País. Contra o que se considera a “vitimização das esquerdas e mentiras”, desde a segunda metade dos anos 1980 surgiram obras de integrantes e simpatizantes da ditadura. É o caso, por exemplo, do livro *Rompendo o silêncio*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra²⁵, chefe do DOI-CODI em São Paulo entre 1970 e 1974, responsável por várias mortes e casos de torturas durante o regime militar²⁶. Ustra justifica sua publicação sob o argumento de “defesa da pátria e da juventude” contra “a história como um panfleto que estaria sendo escrito pela esquerda”. Defende a ditadura e, curiosamente, supervalorizava a força dos que chamam grupos “terroristas de esquerda”. Vê-se como um soldado, que cumpre sua missão na defesa da pátria contra a “ameaça comunista”.

Ainda na segunda metade dos anos 1980, o general e ministro do exército, Leônidas Pires Gonçalves, autorizou a preparação de uma versão escrita dos militares sobre a ditadura. Surgiu, assim, o *Projeto Orvil* (livro, escrito ao contrário, em referência ao livro *Brasil Nunca Mais*, que denunciou os crimes da ditadura). O resultado foi, dois anos depois, um volumoso trabalho de quase mil páginas, justificando o golpe e a ditadura como forma última e legítima de barrar as ações das esquerdas, as quais poderiam levar à implantação no Brasil de uma ditadura

²⁴ AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁵ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editorial, 1987.

²⁶ Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio_Final_CNV_Volumell>. Acesso em: 24/09/2017.

socialista. No clima de valorização da democracia de então, em que poucos assumiam a defesa do regime recém-caído, o livro acabou não sendo publicado, embora, clandestinamente, circulasse entre aqueles que defendiam a “verdade” sobre os anos de chumbo. Apenas no começo da presente década, a obra foi, enfim, publicada²⁷. Tal publicação, não parece ser por acaso, mas, sim, um contraponto de setores conservadores contra o que consideram desmandos das esquerdas no comando do País, desde 2002, com as eleições e reeleições de Lula e Dilma Rousseff, e o teor “revanchista” da Comissão da Verdade, que entre 2012 e 2014, buscou investigar os atentados aos direitos humanos cometidos pelos agentes do Estado brasileiro do período de 1946 a 1988.

Justificando a ditadura

As interpretações históricas de que as esquerdas apresentavam um projeto de poder e não eram democráticas acabaram sendo apropriadas pelos setores conservadores para difundir uma memória que tenta isentar qualquer apoio ou cumplicidade da sociedade civil com o golpe de 64 e a ditadura.

Numa concepção bastante simplista e partindo da ideia de que as esquerdas já pensavam em armas antes de 1964, o golpe estaria legitimado para as direitas como uma maneira de “salvar a democracia e livrar a sociedade dos comunistas”, mesmo que depois tenha gerado uma ditadura. Ficava justificado igualmente o apoio que a “revolução” teve dos liberais, embora depois vários deles viessem a mudar de posição. O endurecimento do regime também seria explicado nessa linha de raciocínio, na medida em que as “medidas duras” adotadas pela ditadura (sobretudo o Ato Institucional nº 5, em 1968), seriam entendidas e justificadas como uma reação à esquerda armada comunista e suas ações “terroristas”.

Era como se “o país fora, pura e simplesmente, [tivesse sido] subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa”.²⁸ A sociedade, democrática em sua essência, teria sido obrigada a suportar o regime de força dos militares e das esquerdas.

²⁷ MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes (Org.). *Tentativas de tomada do poder (Orvil)*. São Paulo: Schoba, 2012.

²⁸ AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

Ou seja, conforme tal raciocínio, a sociedade, “democrática e desarmada”, assistiu de fora a luta entre os adeptos da ditadura e os guerrilheiros, todos antidemocráticos, e caso não existisse a esquerda armada, não teria acontecido a própria ditadura²⁹.

Há evidentes problemas de anacronismo nessas concepções. Não se deve analisar o passado (no caso, os anos 1960) com base numa concepção de democracia estabelecida posteriormente, no presente. Às vésperas de 1964, as esquerdas não eram democráticas, e muito menos as direitas e o resto da sociedade. Os atores políticos de então, inseridos naquelas tradições e práticas, não apresentavam a democracia como um valor supremo. O golpe estava no ar. Setores civis não só apoiaram o golpe como deram sustentação política à ditadura. As esquerdas nem os demais setores sociais de direita tinham nos anos 1960 a democracia como um valor maior. O autoritarismo faz parte das tradições políticas brasileiras e das relações sociais, independente dos momentos em que o País viveu períodos democráticos ou de exceção. As ditaduras apenas reforçaram esse autoritarismo³⁰.

Os segmentos conservadores já falavam em golpe bem antes das esquerdas pegarem em armas, como na crise de 1954, a qual levou Vargas ao suicídio, ou nas tramas para evitar a posse do presidente Juscelino Kubitschek em 1955, ou na feroz oposição à posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio em 1961. E se a questão fosse o combate à luta armada, temos que lembrar a ação legalista do próprio governo João Goulart em 1962, na desarticulação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ligado ao principal líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que passou a defender a luta armada após contatos com Cuba. Não podemos esquecer igualmente o contexto da época – Guerra Fria – em que os EUA apoiavam golpes na América Latina para garantir o poder de seus aliados os quais se autoproclamavam “democratas”...

Outro anacronismo daquela argumentação é valorizar o debate sobre democracia e esquecer um outro que mobilizava muito mais a sociedade nos anos 60, o da “revolução brasileira”, ou seja, de como o País iria superar suas

²⁹ RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., 2004, p. 61.

³⁰ CHAÚÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 60.

contradições sócio-econômicas – tanto que os golpistas apelidaram seu movimento de “Revolução de 64”.

Por fim, não se pode esquecer o obvio ululante: quem concretamente quebrou a ordem democrática em 1964 foram os militares e seus aliados civis da direita, não as esquerdas...

Considerações Finais

O crescimento do número de pessoas exaltando a ditadura militar denota mais uma vez os embates de memórias dentro da História. Esses novos apoiadores, em geral, repetem as argumentações da própria ditadura, dos anos 1960 e 1970. O golpe de 64 teria acontecido em virtude de uma eventual revolução comunista e em reação aos agrupamentos de esquerda armada. Segmentos de esquerda construíram uma memória de que a luta armada era de resistência à ditadura e pela restauração da democracia no País. Releva-se, porém, que havia um projeto de conquista do poder institucional, anterior mesmo ao golpe de 64 e endossado com os arbítrios e fechamento político da ditadura.

Esse projeto de poder de parte das esquerdas, por sua vez, foi usado por segmentos liberais e conservadores para justificar o apoio que prestaram ao golpe e ao regime de exceção. Relevam, porém, que a democracia não era valor universal nos anos 60 e que por diversas vezes, anteriormente, tais grupos de direita tinham atentado contra a ordem constitucional. Uma das grandes preocupações da época era sobre a “revolução brasileira”, ou seja, como o País poderia superar seus problemas sociais e econômicos. E por fim, factualmente, o golpe de 64 foi dado pelas direitas.

Bibliografia

- AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória. In: Fico, Carlos, et al (Org.). *1964-2002 – 40 Anos do Golpe, Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- _____. et al (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.
- _____. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes (Org.). *Tentativas de tomada do poder (Orvil)*. São Paulo: Schoba, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento e silêncio*. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura*. In: AARÃO, Daniel, e outros. *O golpe e a ditadura militar*. São Paulo: EUSC, 2004.

_____. *Esquerdas Revolucionárias Armadas nos anos 1960-1970*. In; FERREIRA, Jorge. AARÃO, Daniel (organizadores). *Revolução e Democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003, p. 47-48.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Brasil, em direção ao século XXI*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editorial, 1987.

VENTURA, Zuenir. *1968 - O Ano Que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

José Airton de Farias

Doutor em História Social/Contemporânea II, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79), mestre em História Social e bacharel em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Autor de mais 20 livros didáticos e paradidáticos de história, a exemplo de História do Ceará (Armazém da Cultura, 2014). Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE).